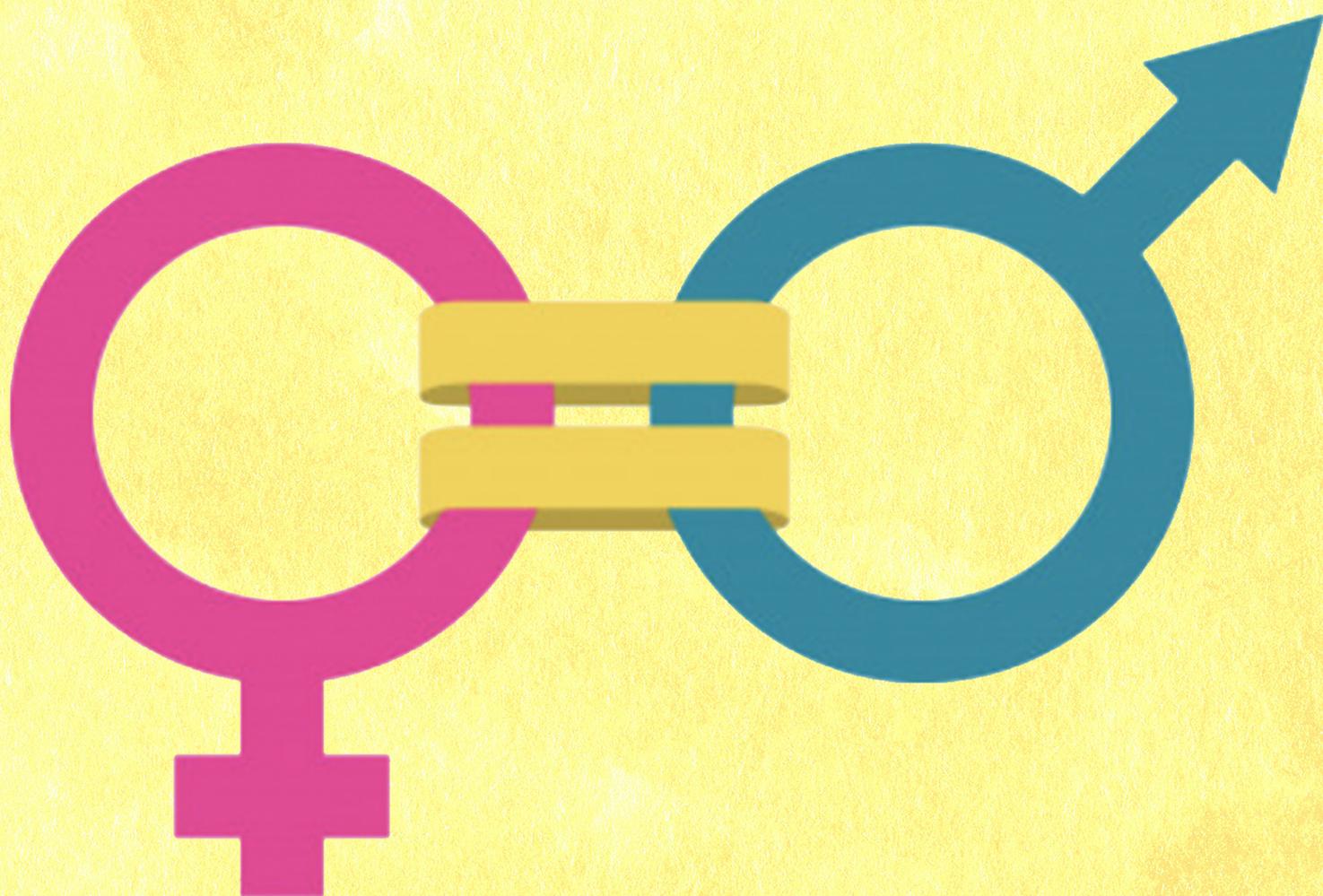


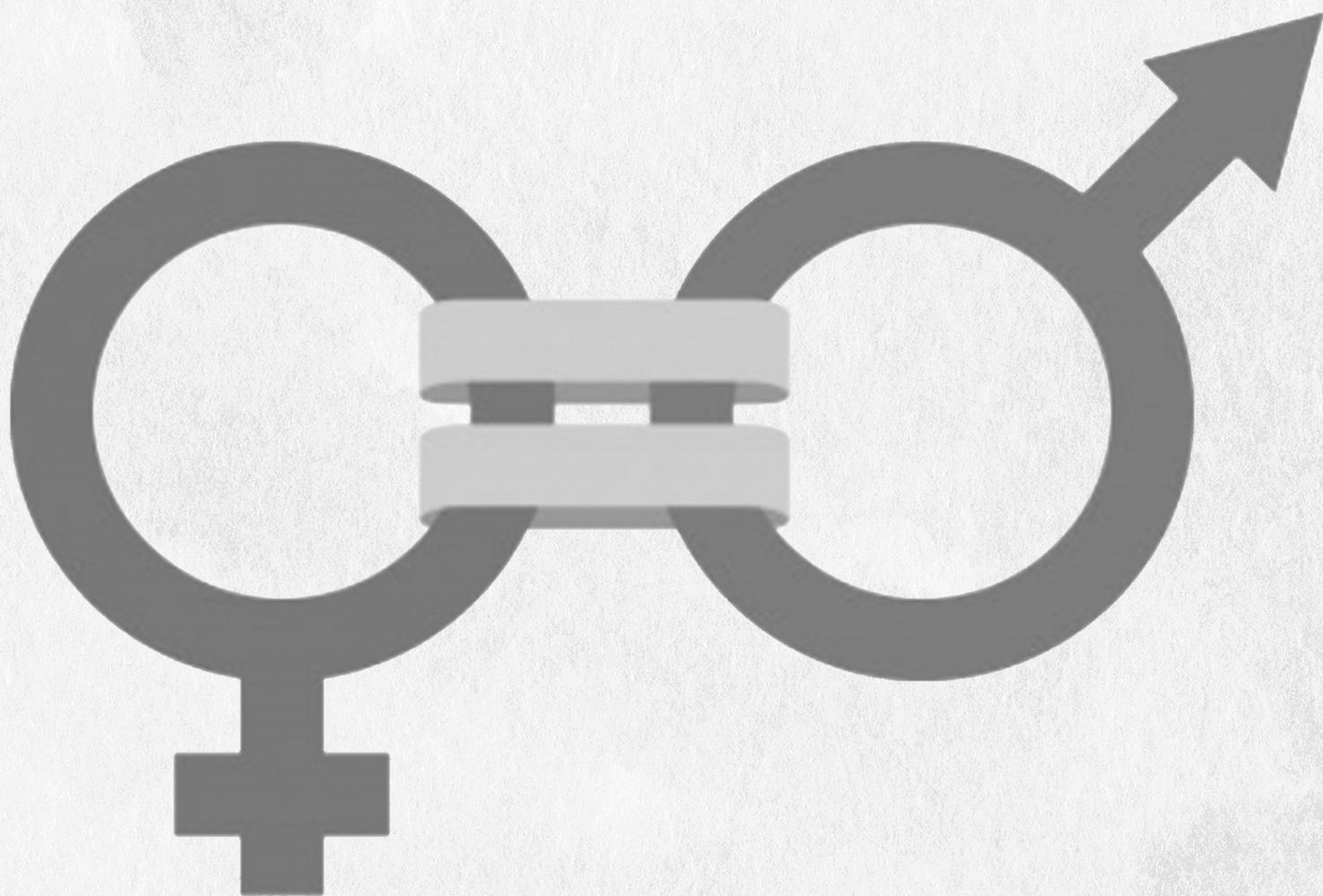
RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M775r	<p>Monteiro, Solange Aparecida de Souza. Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-058-2 DOI 10.22533/at.ed.582202205</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza..</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A temática pertinente **RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS** é complexa que tem motivadora de debates na sociedade acerca de como abordar a problemática do gênero e sexualidade na educação. Uma educação democrática, pensa a escola como um ambiente rico em diversidade, visto que seu espaço é repleto de sujeitos em formação. Neste sentido, faz-se necessário elaborar estudos que estejam voltados para a discussão sobre a sexualidade, pensando em uma educação mais inclusiva, que pautado no reconhecimento plural das identidades, buscando a perspectiva de garantia de direitos para a construção de uma sociedade mais igualitária que reconheça e respeite a diversidade sexual e de gênero. A escola tem marcas de um ambiente de promoção e de construção do conhecimento, no qual se consolidam aprendizados em que se formam sujeitos em suas subjetividades em contextos culturais sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Deste modo a escola pode ocupar um papel central no desenvolvimento de seus alunos, e que em razão disto pode estimula-los a pensar criticamente sobre os discursos socialmente construídos e determinantes no sentido de , romper com a reprodução dos aspectos de uma moralidade que estimula a produção de desigualdade, preconceito e violência em nossa sociedade para a construção dos vínculos afetivos, as identificações sociais e principalmente a produção de subjetividades, contribuindo no desenvolvimento de uma cultura plural e de respeito a diversidade dentro de seu sistema de ensino. E assim, pensando nas possíveis manifestações da sexualidade presentes no cotidiano de crianças e adolescentes em contexto escolar, que surgem demandas de realizar uma reflexão acerca dos métodos e condutas adotados pela escola em lidar com esta temática.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões para temas de **RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS**.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CULTURA UNIVERSITÁRIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos Fabio Rodrigues dos Santos DOI 10.22533/at.ed.5822022051	
CAPÍTULO 2	17
A METODOLOGIA NO TRUQUE: DESLOCAMENTOS E (DES) ENCONTROS EM UMA ETNOGRAFIA MULTISITUADA SOBRE TRAVESTIS BRASILEIRAS NA ESPANHA.	
Maria Cecília Patrício DOI 10.22533/at.ed.5822022052	
CAPÍTULO 3	27
COLONIALIDADE DE GÊNERO: (UM)A CONSOLIDAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL	
Sarah Francine Schreiner Geanne Gschwendtner DOI 10.22533/at.ed.5822022053	
CAPÍTULO 4	39
EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE: DESCONSTRUINDO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “MARXISMO CULTURAL”	
Rosiléa Agostinha de Araújo Lorena Kelly Alves Pereira Geovane Gomes de Araújo Glauberto da Silva Quirino DOI 10.22533/at.ed.5822022054	
CAPÍTULO 5	50
COMO A GENTE SE DIVERTE: CORPOS MASCULINOS EM WEBSITES DE CRUZEIROS LGBT	
Diego Santos Vieira de Jesus DOI 10.22533/at.ed.5822022055	
CAPÍTULO 6	64
GÊNERO E GESTÃO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO NA INDÚSTRIA CATARINENSE	
Leonard Almeida de Moraes Juliano Keller Alvez Édis Mafra Lapolli DOI 10.22533/at.ed.5822022056	
CAPÍTULO 7	79
GÊNERO, RAÇA E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS EM ESCOLAS DE RIO BRANCO/ACRE	
Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cleyde Oliveira de Castro Murilena Pinheiro de Almeida DOI 10.22533/at.ed.5822022057	

CAPÍTULO 8	87
OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	
Meiriane Christine dos Santos Aguiar	
Isis Vanessa Nazareth	
Yasmin Alves de Oliveira Lopes	
Rejane Corrêa Marques	
Fabrícia Costa Quintanilha Borges	
Thayssa Cristina da Silva Bello	
DOI 10.22533/at.ed.5822022058	
CAPÍTULO 9	98
GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA NA ESCOLA: REFLEXÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE LIVROS DE OCORRÊNCIA ESCOLAR	
Keith Daiani da Silva Braga	
Arilda Ines Miranda Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.5822022059	
CAPÍTULO 10	110
OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E A EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE	
Kueyla de Andrade Bitencourt	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.58220220510	
CAPÍTULO 11	121
UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR	
Iara Luzia Henriques Pessoa	
Glauce Michelle Araújo Penha	
Carlos Alberto Gomes de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.58220220511	
CAPÍTULO 12	129
SILENCIAMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E O CONTEXTO BRASILEIRO	
Joice da Silva Brum	
Nivia Valença Barros	
DOI 10.22533/at.ed.58220220512	
CAPÍTULO 13	141
GNOSIOLOGIA NAS INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISAS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Claudionor Renato da Silva	
Débora Cristina Machado Cornélio	
Valquiria Nicola Bandeira	
Marilurdes Cruz Borges	
DOI 10.22533/at.ed.58220220513	
SOBRE A ORGANIZADORA	151
ÍNDICE REMISSIVO	152

GÊNERO, RAÇA E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS EM ESCOLAS DE RIO BRANCO/ACRE

Data de aceite: 26/03/2020

**Maria de Lourdes Esteves Bezerra
Cleyde Oliveira de Castro
Murilena Pinheiro de Almeida**

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise crítica e reflexiva acerca de práticas pedagógicas, desenvolvidas junto a discentes com deficiência visual (cegueira e baixa visão) em 04 escolas regulares de Rio Branco-Acre. Seu objetivo principal busca tornar evidentes as questões de gênero e raça, que permeiam as características dos estudantes, professores e técnicos que constituem o grupo de indivíduos que compõem o estudo. Trata-se de uma releitura e recorte das falas dos participantes da tese “Inclusão de pessoas com deficiência visual na escola regular: bases organizativas e pedagógicas no Estado do Acre”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social – Doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais. Assim na construção deste artigo, atenta-se para as questões de gênero e de raça que interseccionam os estudantes no processo de ensino e de aprendizagem e, conseqüentemente, incidem no processo de

inclusão escolar. A realização desse trabalho possui aporte teórico e metodológico nos estudos de casos múltiplos e no emprego das técnicas de entrevista, observação de aulas, aplicação de questionários para os professores, gestores, técnicos e alunos com deficiência visual (cegos e com baixa visão). A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, na escola regular, por si só, é um processo complexo, polêmico e multifacetado, e essa questão se agrava ainda mais quando esse processo se refere a alunos com deficiência, pobres e negros. Nesse sentido, reflexões e discussões mais aprofundadas em torno dessas questões se faz urgente entre todos os envolvidos no planejamento, execução e seu acompanhamento. Nessa perspectiva, a formação de professores – a inicial e a continuada – necessita ser repensada de modo que esses conteúdos façam parte das discussões que permeiam os currículos desses cursos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Deficiência visual, Ensino, Diversidade e Diferença, Gênero.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise crítica e reflexiva

acerca de gênero e raça relacionada à inclusão e as práticas pedagógicas desenvolvidas com discentes com deficiência visual (cegueira e baixa visão) realizadas em 04 escolas regulares de Rio Branco-Acre. O ponto de partida para a construção desse texto foi à pesquisa da qual resultou a Tese: Inclusão de pessoas com deficiência visual na escola regular: bases organizativas e pedagógicas no Estado do Acre, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão social – da Universidade Federal de Minas Gerais.

O olhar para a questão de gênero e de raça a partir da pesquisa citada para a construção deste artigo justifica-se em virtude da primeira autora atentar-se para esses dois aspectos nesse momento em que se faz necessário essa reflexão e em decorrência da prática docente que vem exercendo semestralmente na disciplina de Fundamentos da Educação Especial, da sua atuação e inserção no Núcleo de Apoio a Inclusão – NAI/UFAC, das discussões e leituras tecidas no grupo de Educação Especial Inclusiva do Diretório de Pesquisa do CNPQ/CAPES, que permitiram verificar que as questões de gênero e de raça são dois aspectos que interseccionam os estudantes no processo de ensino e de aprendizagem, e conseqüentemente na inclusão escolar.

A partir dessa compreensão intenciona-se mapear nas falas dos interlocutores da pesquisa citada, os indícios da discriminação e do preconceito expressos nas relações interpessoais evidenciadas nas práticas pedagógicas em sala de aula e na escola. Esses fenômenos estão relacionados não só a questão da deficiência, mas também aos problemas do gênero e da raça, haja vista, que a maioria dos participantes entrevistados nessa pesquisa são afrodescendentes.

Portanto, o gênero e a raça são categorias socioculturais que caracterizam os estudantes com deficiência visual: cegos e com baixa visão que fizeram parte da pesquisa. Nas palavras de Butler (2014), os participantes da pesquisa têm inscritos em seus corpos as políticas simbólicas e a cultura de modo interseccionado (2015). Para Laquer (2001); Schiebinger (2001); Scott (2001); Fausto-Sterling (2006), o gênero busca estabelecer seus fundamentos em uma constelação de conhecimentos historicamente produzidos sobre a biologia humana e também espelha e reflete a cultura, as relações sociais e formas de exercício de poder, portanto, não é uma categoria rígida, fixa e imutável.

O aporte teórico metodológico no qual se fundamentou a pesquisa foi o estudo de casos múltiplos de Contandriopoulos et al (1997) que permite compreender um ou vários níveis de análise, assim como, maior possibilidade de validação externa. A opção por essa metodologia permite abertura as descobertas e a possibilidade de explorar certos aspectos da inclusão e da prática pedagógica, que não haviam sido previsto no delineamento inicial do estudo, mas que se configuraram como de especial relevância em face da consecução do objetivo dessa pesquisa.

Na produção dos dados foram utilizadas as técnicas da entrevista, observação de aulas, aplicação de questionários para os professores, gestores, técnicos e alunos com deficiência visual (cegos e com baixa visão), o que permitiu acrescentar ao

estudo um novo elemento, pois se constatou que as características e as necessidades educativas especiais dos discentes com baixa visão têm peculiaridades distintas e são em maior número que os alunos cegos.

CAMINHOS DA INCLUSÃO EM ESCOLAS DE RIO BRANCO

O caminho percorrido pelas 04 (quatro) escolas regulares de Rio Branco-Ac para realizar a inclusão de alunos com deficiência visual: cegos e com baixa visão, delineou uma trajetória, cujo ponto de partida foi invariavelmente, as políticas públicas de educação brasileira, irmanadas com as políticas internacionais que surgiram dos movimentos sociais no combate a exclusão social, pela defesa dos direitos humanos e oportunidades iguais para todos. Nesse meio, é que se identificam leis, decretos e a própria Constituição Federal de 1988, regulamentando e orientando para a atenção aos direitos de todos pela educação de qualidade, justa e democrática, onde ninguém sofra discriminação ou preconceito por ser negro, homossexual, pobre, com deficiência ou por terem diferenças que os destacam dentre os demais.

Com base nesses princípios orientadores a proposta de incluir no ensino regular, os estudantes com “deficiências” compõe o elo da política social denominado de política de inclusão, cuja finalidade é o combate à exclusão e a segregação de pessoas em nome de suas “diferenças”. Assim sendo, ao propor o combate à exclusão, a inclusão colocou em descoberto um contingente de pessoas que estavam excluídas do processo de escolarização comum, porque suas “diferenças” os excluía, justamente as pessoas que apresentavam em seus corpos diferenças distintas das demais (SCOTT, 2001; BRAH, 2006; BUTLER, 2014) uns não enxergavam ou enxergavam pouco; outros não ouviam; outros ainda tinham dificuldades cognitivas ou de compreensão, enfim, apresentavam características que fugiam ao padrão de normalização estabelecido, e por isso não podiam ser educados no mesmo espaço que os outros, careciam ser separados para que tivessem uma educação especializada em suas em diferenças.

Mas, a educação especializada, em que pese sua contribuição que por muitos anos deu para muitos dos indivíduos com deficiência, homens e mulheres, trazia em si a marca do preconceito e da discriminação que não podia continuar a ter. Aqueles que a ela tinham acesso eram rotulados e estigmatizados como “incapazes” e como “coitadinhos” e dificultava-lhes alcançar melhores qualificações, e até ingressar no ensino superior. Marcas que carregavam por toda a sua vida e implicavam no tipo de educação e de vida que poderiam conquistar. O gênero e a raça são marcas sociais que se agrega e intersecciona as pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais que aqui são estudados, esculpindo-lhes mais uma diferença entre os já diferentes. Por isso, essa questão não poderia deixar de ser refletida neste artigo, tendo em vista que sua presença entre aqueles que compuseram os corpos estudados revelam não só a supremacia feminina, com seis (06) mulheres e apenas dois homens entre os estudantes, como também, seis são de origem afrodescendentes,

no meio dos quais estão os do sexo masculino (02).

Por conseguinte a predominância feminina presente nesta pesquisa acompanha a tendência de transformação da Educação Especial que reflete a mudança que ocorreu na configuração da Educação Especial no Brasil, ou mesmo da sociedade brasileira, do tempo colonial até o momento atual, aonde a mulher vem lutando e conquistando espaços em todos os âmbitos sociais, não só em número, mas também, em contribuição para o desenvolvimento econômico, político e cultural do país, coisa que antes não se via, ou se ouvia falar (HIRATA, 2014). Cada vez mais, se vê a mulher participando e opinando sobre questões cruciais para a nação, embora se verifique a presença marcante do preconceito, do “machismo” e da misoginia, buscando diminuir e até omitir o papel da mulher nessas políticas. No tocante as mulheres com deficiência essas omissões são ainda maiores, basta se observar que muito poucas são citadas nos feitos históricos da humanidade. E essas poucas sempre são lembradas pelas suas histórias pessoais de superação dos limites impostos pela sociedade. Veja-se o exemplo de Hellen Keller, norte americana, a menina surda-cega que revolucionou o panorama da educação especial no mundo, e defendeu os direitos sociais das mulheres e das pessoas com deficiência.

O olhar para o processo de construção histórica do atendimento educacional voltado para as pessoas com deficiências no Brasil depara-se com as marcas de gênero imbricadas em sua constituição. Exemplo disso pode ser percebido na nomenclatura das duas primeiras instituições criadas ainda no período imperial, onde se vê estampada a palavra “meninos”. O ato de criação das escolas para deficientes visuais e de surdos-mudos foi motivado pela necessidade de educar a filha do Médico da Corte Imperial, Amélia Sigaud, que era cega. Sua condição de pertencer à classe social que integrava a Corte Imperial Brasileira permitiu que fosse beneficiada por esse direito, contudo, isso não foi estendido a outras mulheres com essa mesma deficiência por não pertencerem à classe nobre. O predomínio masculino na educação e na cultura brasileira que nasceu com o Brasil Colônia avançou pelos séculos e se materializou na Educação Especial, também durante a República, onde os meninos cegos podiam freqüentar a escola, agora denominada Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao seu ex-professor e Diretor e aprender entre outros conhecimentos alguns ofícios que os preparava para ingressar no mercado do trabalho.

Conforme destacado anteriormente, constatou-se na pesquisa, que há um número maior de meninas, do que meninos matriculados nas escolas pesquisadas. Mas, isso não significa que houve avanços nesses aspectos haja vista que no processo educativo do qual fazem parte, as meninas, sofrem duplamente o preconceito, tanto por serem mulheres afrodescendentes, como por serem deficientes visuais. Em suas falas deixam transparecer que a não aceitação de suas participações em sala de aula esta creditada principalmente, entre os colegas da turma, conforme se verifica em suas respostas quando perguntados sobre seus relacionamentos e se estavam contentes com as escolas onde estudavam ao que respondem:

Só não é aqui na escola, porque os meninos são ó... Não vou nem falar (Aluna C).

Os meninos na escola são muito preconceituosos, que até dá vontade muitas vezes de a gente nem chegar à escola... Todos os dias eles perturbam (Aluna C).

Na escola tem amigos que apoiam a gente, mas tem uns que não são amigos, são 'cobras' de ficar chamando a gente de cego, mas na verdade a gente enxerga melhor que eles (Aluna A).

Eu estou contente pelos professores porque, se fosse pelos meninos, eu nem vinha pra escola. Porque eles só vêm perturbar a gente, não dá nem pra gente sair na hora do recreio, que eles ficam perturbando a nossa vida (Aluna C).

As palavras aqui expressas das estudantes evidenciam a discriminação de que são alvos pelas suas condições socioeconômicas, características étnicas e culturais. Essas alunas são vistas a partir de um padrão de beleza e de perfeição que remonta a cultura grega os quais valorizavam a juventude e a beleza física como condição moral de excelência (LOVETT, 1999). Isto mostra que a referência central desse modelo é o masculino, o belo e a perfeição que exclui claramente as diferenças desse processo, ou direito. Esse tratamento hierarquizado e secundário produz para as mulheres o não lugar, quando não as comprimem as margens do processo de sociabilidade. Por conseguinte, a educação na perspectiva inclusiva, também precisa enfrentar e desconstruir as oposições binárias, chamando a atenção para a diferença dentro da diferença, camufladas sob o olhar do “ou isso ou aquilo”. Para Joan Scott a “mesmidade” construída em cada lado da oposição binária oculta o múltiplo jogo das diferenças e mantém sua irrelevância e invisibilidade (SCOTT, 1989; 1992).

No tocante ao fenômeno da inclusão, a pesquisa revelou que essa chegou às escolas acreanas no discurso das políticas educacionais brasileiras e, como força de lei, minou qualquer reação contrária que pudesse se insurgir a essa política educacional. Em Rio Branco/Acre as orientações para a educação inclusiva emanadas de agências internacionais como o FMI, o Banco Mundial, UNESCO e Cepal foram traduzidas em inúmeras reformas efetivadas na rede de ensino, a partir de 1999: reorganização das escolas, criando as que atendem ao ensino fundamental de 1ª a 8ª série e outras às séries iniciais de 1ª a 4ª; e ainda as que atendem apenas ao ensino médio; organização do ensino fundamental por ciclos; progressão continuada de alunos; flexibilidade do ensino; classe de aceleração; salas de recursos ou ambientes, entre outras.

Essas adequações favoreceram a realização do processo de educação inclusiva. Sob a égide da legislação em vigor, essas medidas contribuíram para a intensificação das matrículas de estudantes com necessidades educacionais especiais nesses estabelecimentos de ensino. Conforme ilustrado no gráfico 1.

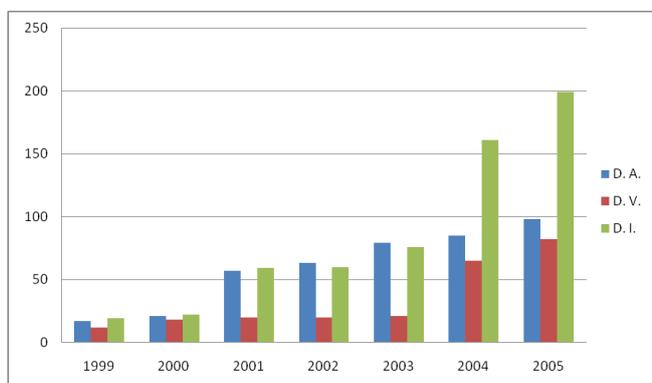


Gráfico 1: Referente à evolução da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais na rede escolar estadual 1999-2005)

Fonte – Gerência de Educação Especial do Acre – 2007

Não obstante, em momento anterior a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em, (LDBEN 9394/96) a Constituição Federal de 1988 (artigo 206, inc. I) assegura a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Esse direito é reafirmado pela LDBEN 9394/96 em seu artigo 58 que resgata a igualdade de condições, cláusula pétrea constitucional, que prevê e estabelece a oferta da educação especial como modalidade da educação escolar “preferencialmente” realizada na rede regular de ensino.

No entanto, a proposta de educação inclusiva é mais abrangente e significativa do que a simples presença física do aluno com deficiência na sala de aula regular. Por conseguinte, faz-se necessário assegurar a todos independentemente de sua condição física, social, mental e sensorial a participação ativa e todas as atividades escolares e do processo de ensino e de aprendizagem. Assim a educação especial não pode ser confundida com a educação inclusiva. Visto que, o atendimento as pessoas com necessidades educacionais especiais engloba a diversidade humana tal como preconizado pela Declaração de Salamanca, que define o público a quem se destinam as políticas de educação inclusiva:

As crianças com deficiências e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, 1994, p. 17-18)

A categoria raça/etnia também se fez presente entre os estudantes no grupo estudado, resultando em uma predominância de estudantes negros e pardos. Essa característica dos estudantes no momento da realização desta pesquisa ficou ofuscada por outros aspectos considerados cruciais para a realização da inclusão, nisso destaca-se a garantia do direito de frequentar a escola regular e ter acesso ao currículo. Porém, os aspectos relativos aos atributos raciais, nesse momento são retomados, pois apresentam implicações para o processo de educação inclusiva, uma

vez que, se constitui uma marca de diferença/identidade naqueles já engastados no signo da diferença.

No processo de educação inclusiva se encontram estudantes com deficiências negros e pardos. Esses estudantes são acolhidos nas escolas por diretores e professores, sendo-lhes assegurado o direito a matrícula, a frequência às aulas, sobretudo, pela força da lei. A reação das turmas à presença, em sala de aula, de estudantes deficientes negros e pardos ainda esboça resistências principalmente na realização de atividades escolares em razão da condição de dupla diferença. Contudo, a permanência e o acesso aos conteúdos de ensino estabelecidos no currículo escolar, intermediados pela convivência estudantil em sala de aula, ainda expressa traços de racismo e intolerância, que compelem a uma ação pedagógica de enfrentamento a essa condição junto aos estudantes para que aprendam a conviver e aceitar as diferenças. Essa compreensão extraída das falas dos estudantes, embora não diretamente relacionada, é resultado da reinterpretação a essas falas que expressarem a hostilidade, o preconceito e a rejeição quanto as suas presenças nas atividades escolares de modo geral, fato que é reforçado pela fala dos professores e gestores que participaram desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho ficaram evidentes nas falas dos interlocutores desta pesquisa, os indícios da discriminação e do preconceito que atuam para a permanência das relações entre os aspectos de raça, gênero, diferenças e deficiências de ordem físicas e intelectuais – ainda compreendidas como identidades fixas e essencializadas –, que funcionam como barreiras para a efetivação da educação inclusiva. Diante disso conclui-se, que o acesso das pessoas com deficiência à escola regular transcende a perspectiva da educação especial, embora dela não se possa prescindir. Da mesma forma, é preciso compreender o processo de construção das “diferenças” e dos preconceitos que inferiorizam e hierarquizam as pessoas, para desenvolver formas de enfrentamento frente aos mecanismos e estratégias de dominação que resultam no fracasso escolar de modo a evita-lo ou mitigar seus efeitos perversos. Por fim, isso é importante, porque sobre uma mesma pessoa se consubstanciam diferentes marcadores sociais como a raça, gênero, deficiência e geração, como herança do pensamento colonizador e conservador.

Portanto, essas são referências necessárias para a construção da formação inicial e continuada dos professores e demais profissionais da educação, tendo em vista a concretização como um direito humano fundamental e do ideário pedagógico de acolhimento, permanência e a garantia de conclusão dos ciclos formativos, tanto da educação básica quanto da educação superior, ao público diversificado que ingressa nos sistemas escolares. Desta forma, reafirma-se a educação como um direito fundamental de todos os seres humanos independente de suas características,

sociais, físicas, culturais ou cognitivas e econômicas.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Maria de Lourdes Esteves. **Inclusão de pessoas com deficiência visual na escolar regular**: bases organizativas e pedagógicas no Estado do Acre. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. 2011.
- BEZERRA, M. L. E. **Olhos de Minerva**: caminhos da inclusão. Curitiba: Appris, 2016.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** [online]. 2006, n.26, pp.329-376. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em julho de 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu** [online]. 2014, n.42, pp.249-274. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100249&script=sci_abstract&tlng=pt
Acessado em: 03/06/2017.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- CONTANDRIOPOULOS, A. et al. **Saber prepara uma pesquisa**. Trad. Silvia Ribeiro de Souza. 2 ed. Rio de Janeiro: Hucitec Abrasco, 1997.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.
- FAUSTO-STERLING, A. **Cuerpos sexuados**. Barcelona: Melusina, 2006.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**., Jun 2014, vol.26, no.1, p.61-73.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=pt&nrm=iso Acessado em: dez/2015.
- LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LOVETT, H. Alguns comentários sobre abordagem positivas para alunos com comportamento difícil. In: STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SCHIEBINGER, L. **O Feminismo Mudou a Ciência?** Bauru/SP: EDUSC, 2001.
- SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.
- SCOTT, Joan. Experience. In: BUTTLER, J.; SCOTT, J. W. (Eds.) **Feminists Theorize The political**. New York: Routledge, 1992.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 5, 104, 115, 117, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 148

Agenda 15, 40, 41, 45, 48, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

B

Brasileiro 18, 22, 32, 34, 48, 104, 130, 136, 140

C

Catarinense 64, 65

Colonialidade de gênero 27, 29, 32, 34, 36

Corpo 3, 11, 13, 17, 23, 24, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 74, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 106, 115, 109, 120, 121, 127, 135

Corpos masculinos 6, 50, 51, 57, 58, 60

Cultura universitária 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

E

Educação Sexual 15, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

escolar 5, 2, 8, 46, 79, 80, 84, 85, 86, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 141, 142, 144, 146, 147, 148

Escolar 98, 99, 103, 109, 121, 151

Etnografia multisituada 17, 18

F

Feminino 3, 4, 26, 32, 33, 36, 37, 47, 55, 57, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 73, 76, 77, 87, 89, 90, 91, 93, 97, 101, 102, 107, 124, 125, 130, 131, 135, 136, 137, 138

Formação docente 1, 4, 5, 10, 11

G

Gênero 3, 1, 15, 16, 25, 28, 37, 38, 44, 48, 49, 79, 86, 98, 108, 121, 128, 129, 134

Gnosiologia 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150

H

Homofobia 43, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109

I

Ideologia 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49

Inclusão 53, 65, 75, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 90, 114, 127

Indústria 64, 65, 69, 71, 74, 77

Integrativa 87, 90, 97

Investigações 144, 145, 147, 148

M

Marcos sociais 110, 111, 112, 113, 115, 116

Marxismo cultural 39,40, 41, 43, 44, 45, 46, 48

Memória 25, 31, 42, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

Metodologia 1, 4, 17, 20, 26, 78, 80, 141, 144, 151

Mulheres 2, 3, 4, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 109, 117, 124, 125, 129, 133, 135, 137, 138, 148

P

Pesquisa 1, 4, 8, 9, 11, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 28, 35, 39, 42, 48, 52, 57, 58, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 75, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 98, 99, 104, 105, 108, 118, 120, 122, 123, 130, 131, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

Pessoas com deficiências 81, 82

Pós-verdade 39, 40, 42, 43, 48

Proposta 16, 18, 30, 61, 70, 81, 84, 105, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Psicologia escolar 121, 127, 128

Publicações científicas 89

R

Raça 6, 30, 37, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 94, 121, 122, 123, 124, 131, 135

S

Sexualidade 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 34, 39, 41, 45, 47, 48, 52, 53, 60, 62, 90, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 116, 118, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

T

Transexualidade 110, 112, 113, 114, 115, 120, 128

Travestis brasileiras 17, 18, 19, 21, 22, 25

Truque 22, 25

V

Violência 5, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 53, 57, 60, 91, 92, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 116, 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Violência de gênero 33, 34, 91, 130, 134, 135, 137

 **Atena**
Editora

2 0 2 0